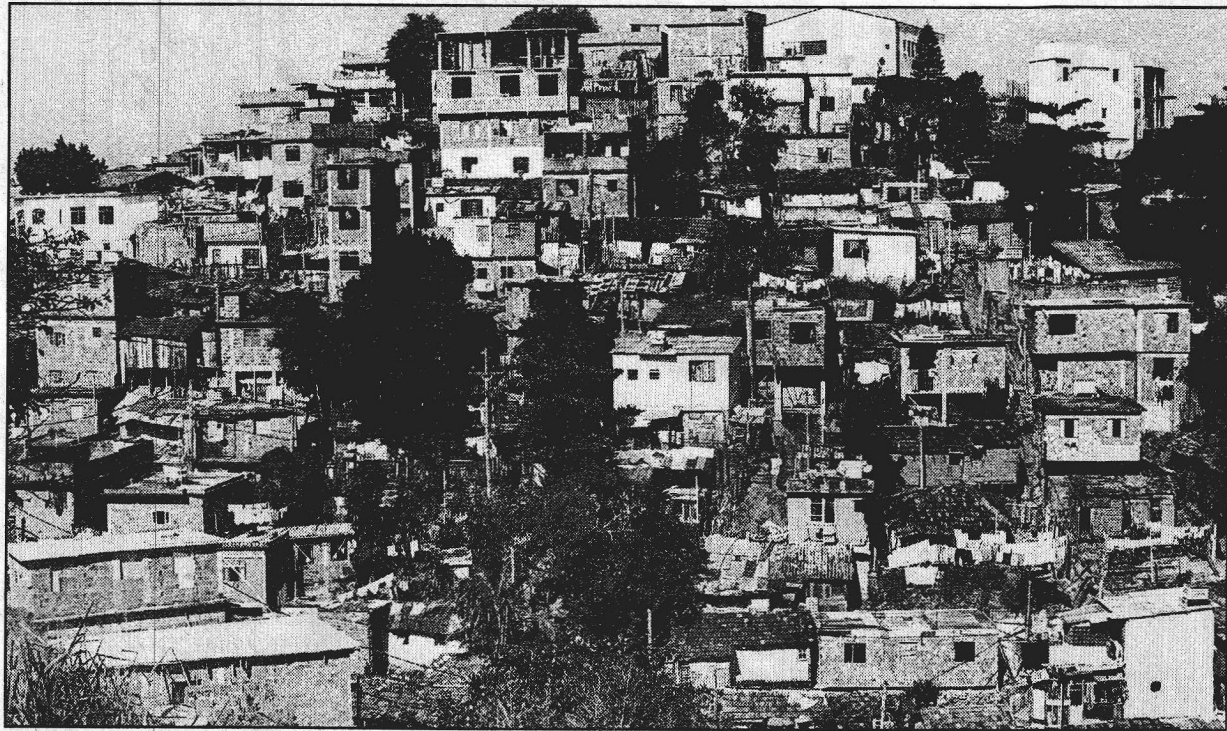




Cerca de 70% dos brasileiros que moram em áreas urbanas não têm acesso aos serviços de saneamento básico

Investimentos em saúde caem 10% a partir de 91

O investimento **per capita** em saúde no Brasil, no ano passado, atingiu US\$ 58, uma queda de quase 10% em relação aos US\$ 63,4 de 1990.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um investimento mínimo de US\$ 500 **per capita**.

O Brasil, de acordo com levantamento da OMS, perde até para a Colômbia e Equador, que investem US\$ 300 **per capita**.

A Argentina e a Turquia, com investimento de US\$ 600, superam a recomendação da OMS.

O Canadá se destaca com investimento **per capita** anual de US\$ 3 mil, acima dos US\$ 2 mil e 200 dos Estados Unidos em 1990.

Os dados foram analisados pelo sanitarista Alexandre Cardoso, e integram o Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (Cabes) divulgado anteontem, no Rio.

Segundo Cardoso, a queda nesses investimentos foi seguida de um desinteresse dos profissionais da área médica pelas funções sociais da profissão.

Ele cita levantamento feito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com 80 alunos do curso médico. O estudo consi-

derada especialidades básicas a clínica médica, cirurgia geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia e medicina preventiva e social, que, juntas, são responsáveis por quase 90% da necessidade médica de atendimento ambulatorial.

O resultado, lamenta, apontou que menos de 30% dos pesquisadores optaram por estas duas últimas especialidades e que, nos últimos três anos, a opção por medicina preventiva e social foi zero.

Para o sanitarista, a saída para esse desinteresse não passa apenas pela associação de uma política de saneamento integrada à política nacional de saúde. Ela tem que passar pela descentralização e o controle social dos recursos dirigidos para as áreas de saúde e saneamento.

De acordo com Cardoso, a centralização ocorrida nos últimos 30 anos nesses segmentos, abriu espaço para o uso eleitoral dos recursos — por meio do Orçamento — e uma aplicação nem sempre eficiente dos mesmos, dada a ausência de participação e fiscalização da sociedade.

Essa centralização, afirma, fez com que muitos dos recursos computados sequer chegassem ao

seu destino.

Isso significa que o investimento **per capita** em saúde pode ser ainda menor do que o mencionado pela OMS.

Os dados do catálogo da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental (Abes) relativos a 1992 indicam que cerca de 70% da população do Brasil é atingida pela falta de água e esgotos.

Para reverter essa situação, o presidente da Abes, João Alberto Viol, defende gasto de US\$ 4,5 bilhões com saneamento, o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Cardoso sinaliza ainda que 60% das internações em pediatria são decorrentes da ausência de saneamento.

Isso o levou à conclusão de que para cada US\$ 4 investidos em saneamento, economiza-se US\$ 10 em saúde.

Daí a importância da integração das duas áreas por meio de um plano nacional descentralizado, com levantamentos mais realistas por parte de municípios e a aplicação mais visível dos recursos.

O Brasil, além de investir pouco nessas áreas, tem investido mal.